

A Mensagem de Mannheim

Pactos Ecológicos Locais

para uma Europa neutra em carbono, sustentável e inclusiva

Nosso desafio

Quatro anos após a 8ª Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis e o lançamento da Declaração Basca, tornou-se mais urgente que nunca a necessidade de transformar as nossas sociedades com vista à proteção do clima e à sustentabilidade. Além disso, a pandemia global da COVID-19 provocou uma crise económica e tornou mais visíveis as desigualdades sociais tanto nas nossas sociedades quanto entre elas. Em um momento de contínuas alterações climáticas e de utilização excessiva dos recursos naturais, cabe-nos assegurar economias locais e regionais funcionais e uma sociedade urbana justa que respeitem os limites de recursos do planeta. Apesar dos esforços demonstrados nos Fundos de Recuperação, os interesses nacionais e a concorrência parecem estar a enfraquecer a União Europeia, ao mesmo tempo que as respostas de que precisamos deviam nortear-se pela solidariedade e pela cooperação.

A importância das cidades e regiões para uma Europa próspera

As autoridades locais e regionais são responsáveis pela implementação de 70% da legislação da UE, 70% das medidas de mitigação e 90% das medidas de adaptação às alterações climáticas, assim como 65% dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Estas autoridades são responsáveis por um terço da despesa pública, gerem dois terços do investimento público e, em muitos casos, são responsáveis pela prestação direta de serviços sociais à suas populações. Dão às pessoas experiência direta de procedimentos democráticos e oportunidades de participação, envolvimento na tomada de decisões e na implementação das mesmas, promovendo deste modo a transparência, a inclusão e a coesão social.

Nós, os presidentes de câmara e decisores de cidades e regiões europeias, gostaríamos, desta forma, de contribuir com a nossa solidariedade, cooperação e apoio para a construção de uma Europa forte, unida, sustentável e inclusiva.

Nossos antecedentes

Com a *Mensagem de Mannheim*, os presidentes de câmara e os decisores das cidades e regiões da Europa estão a responder ao Pacto Ecológico Europeu no contexto de Mannheim2020 - a 9ª Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis, que ocorreu de 30 de setembro a 2 de outubro de 2020. O documento tem por base o legado e os princípios da Carta de Aalborg (1994), os Compromissos de Aalborg (2004) e a Declaração Basca (2016), e reflete o objetivo do desenvolvimento urbano e regional sustentável integrado, conforme preconizado na Carta de Leipzig.

O Pacto Ecológico Europeu

Nós, os presidentes de câmara e decisores de cidades e regiões europeias, saudamos o Pacto Ecológico Europeu, que tem potencial para tornar-se um novo modelo de desenvolvimento para a Europa, a sua economia, a sociedade e o ambiente, e para ser o ponto de partida para a neutralidade em termos de carbono até 2050 na legislação da UE.

Consideramos que o Pacto Ecológico Europeu reforça o potencial da Europa para ocupar um papel de destaque na implementação dos principais acordos internacionais, como por exemplo o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas e a Agenda 2030 da ONU com os seus ODS. Cremos que o Pacto Ecológico Europeu irá contribuir para aumentar a resiliência da Europa a crises ambientais, económicas e sociais, bem como para salvaguardar o bemestar e a saúde dos seus cidadãos.

Encaramos o Pacto Ecológico Europeu como uma oportunidade para assegurar a transição necessária das nossas sociedades para que vivam de acordo com os limites planetários, oportunidade que tem por base os valores da democracia e da justiça e que não deixará ninguém para trás.

Pactos Ecológicos Locais

Nós, os presidentes de câmara e decisores de cidades e regiões europeias, apoiamos ativamente o Pacto Ecológico Europeu através da criação e implementação de Pactos Ecológicos Locais juntamente com as nossas comunidades locais. Os nossos Pactos Ecológicos Locais irão unir os nossos cidadãos e partes interessadas em torno de uma estratégia alinhada com os objetivos, prioridades e princípios do Pacto Ecológico Europeu e da Nova Carta de Leipzig.

A transformação que temos de realizar irá além de ações individuais em determinados campos, como a energia, a mobilidade ou a habitação. Essas ações terão de estar alicerçadas num pensamento e abordagem sistémicos novos. Este processo só pode ser sustentado mediante um envolvimento ativo por parte dos nossos cidadãos e das partes interessadas.

Nesse sentido, propomos que tanto os nossos Pactos Ecológicos Locais quanto o Pacto Ecológico Europeu se fundamentem em cinco alterações sistémicas fulcrais, relativamente às quais nos comprometemos a agir:

Transformação das nossas infraestruturas e sistemas locais atuais

Aplicaremos soluções ágeis e inovadoras para transformar as nossas infraestruturas locais e sistemas de serviços numa sociedade pós-carbono, incluindo tecnologia digital inteligente e infraestruturas verdes e azuis para melhorar a qualidade dos nossos espaços públicos, apoiar a adaptação às alterações climáticas, reforçar a biodiversidade e apoiar a saúde pública e a qualidade de vida.

Desenvolvimento local para além do crescimento e da concorrência

Criaremos economias locais e regionais que deem prioridade à proteção do clima, recursos naturais, biodiversidade e ecossistemas no desenvolvimento económico, tendo como preocupação central a saúde e a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

O Cooperação, solidariedade e inclusão

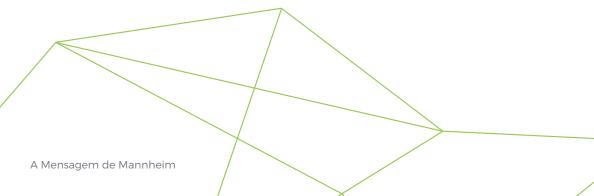
Criaremos comunidades urbanas e regionais com base nos princípios da participação, transparência, inclusão e não-discriminação que transformem as nossas cidades e regiões em locais de habitação apelativos, seguros e saudáveis para todos os residentes.

O Um estilo de vida e cultura de suficiência e otimização

Asseguraremos que as nossas infraestruturas, serviços, métodos de produção e modelos de negócio não apoiem como prioridade a eficiência e a maximização daquilo que é produzido mas, em vez disso, a circularidade, a suficiência e a otimização, preservando o valor e a utilidade dos nossos ativos em apoio à qualidade de vida para todos. Ao fazê-lo, registamos que a cultura é um elemento impulsionador importante que apoia o diálogo e a coesão no desenvolvimento e na implementação de estratégias de sustentabilidade local.

O Reorientação no sentido do bem comum

Implementaremos um modelo de governação local e regional que aumente o bem comum com a ajuda da cocriação e da inovação social, e que apoie abordagens de economia social e novas formas de iniciativas e investimentos sociais, assim como parcerias públicoprivadas-pessoas. Ao fazê-lo, aumentamos a resiliência das nossas economias e comunidades locais em alinhamento com a nossa agenda de sustentabilidade.



Cocriação do futuro da Europa

Com base nestas mudanças de índole sistémica, nós, os presidentes de câmara e decisores de cidades e regiões europeias, prometemos cocriar e co-implementar o Pacto Ecológico Europeu em conjunto com os nossos governos nacionais e a UE. Para apoiar os nossos compromissos e esforços, constatamos a existência de uma necessidade específica de mudança ao nível das seguintes políticas:

O Salvaguarda da receita pública:

À luz da crescente deslocalização da geração de valor e da captura de valor provocada pelo comércio e compras na Internet, assim como pelas economias das plataformas e da vigilância, precisamos de condições justas e equitativas ao nível orçamental que salvaguardem a receita pública para o desenvolvimento das nossas comunidades.

O Aliviar a fiscalidade sobre o trabalho:

Precisamos de quadros fiscais melhores que excluam todos os subsídios a combustíveis fósseis e atenuem os impostos sobre o trabalho, reorientando-os para a tributação sobre o uso de recursos naturais e a poluição. À luz do desenvolvimento rápido da digitalização, automatização e inteligência artificial de capital intensivo, precisamos de considerar uma partilha diferente da fiscalidade entre o trabalho e o capital.

O Apoio financeiro suficiente:

Considerando o papel desempenhado pelas autoridades locais e regionais enquanto principais responsáveis pela implementação do Pacto Ecológico e as suas capacidades limitadas para gerarem receitas para os seus orçamentos através de impostos e taxas locais, é extremamente importante que as autoridades disponham de apoio financeiro continuado por parte das instâncias europeias e nacionais. Para tal, são necessários programas adequados e coordenados que abranjam todos os níveis da governação. Isso, antes de mais, significa um alinhamento das suas políticas, programas e investimentos de forma a poderem apoiar os objetivos do Pacto Ecológico.

O Cadeias de valor locais e regionais:

Quadros financeiros e regulamentares que apoiem oportunidades para abordagens e soluções na área da economia social, modelos de atividade circular e a inclusão de empresas locais ao nível local e regional; obrigações verdes ou sociais na nossa carteira de financiamento para possibilitar e apoiar o investimento cívico, a transparência e a participação ativa na implementação de ações de índole transformativa.

Ordenamento integrado dos solos:

Quadros regulamentares e financeiros que apoiem uma política de ordenamento territorial integrada e o desenvolvimento urbano-regional, tendo por objetivo a

A Nova Carta de Leipzig

Saudamos o facto de a versão atual da *Nova Carta de Leipzig* apelar à coordenação das necessidades em matéria de desenvolvimento urbano numa abordagem integrada, de base local, multinível e participativa. Saudamos, além disso, o facto de a Nova Carta sublinhar o poder transformativo das cidades e destacar a importância de uma política urbana para o bem comum, com o objetivo de tornar as cidades equitativas, ecológicas e produtivas.

proteção dos solos, a redução da perda de biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida e da saúde pública através da minimização do uso de novas áreas verdes para construção e da valorização de infraestruturas verdes e azuis.

O Nova utilização dos espaços urbanos:

Remodelamento dos espaços urbanos e dos sistemas de serviços com vista à sua transformação em espaços mais apelativos para as pessoas desfrutarem e tendo em vista uma adaptação às mudanças provocadas pela intensificação da digitalização, o impacto das compras online e o aumento do teletrabalho.

Investigação e inovação impulsionadas pela necessidade:

Redirecionamento do apoio financeiro para processos de investigação e inovação impulsionados pelos desafios globais e locais que temos de solucionar e pelas exigências que resultam destes e que têm de ser atendidas. Necessitamos de uma tecnologia inteligente e orientada para os desafios que disponibilize as informações que são necessárias e relevantes para melhorar o planeamento, a tomada de decisões, a gestão e o acompanhamento.

O Substituição de produtos por serviços:

Inovação e regulamentação que estimulem o desenvolvimento de produtos concebidos para uma verdadeira economia circular e que incentivem mais serviços e menos posse e consumo de recursos.

O Rendimento mínimo garantido:

Para evitar consequências sociais negativas causadas pelas transformações rápidas necessárias, necessitamos de sistemas sociais que apoiem uma distribuição justa dos rendimentos e oportunidades. Para tal, necessitamos de níveis adequados de salário mínimo de subsistência e de um rendimento base garantido num mercado de trabalho cada vez mais flexível, tendo em vista a requalificação e a aprendizagem ao longo da vida para os nossos cidadãos.

Um caminho conjunto

Nós, os presidentes de câmara e decisores de cidades e regiões europeias, estamos empenhados em celebrar Pactos Ecológicos Locais concebidos em colaboração com os nossos cidadãos e partes interessadas principais - incluindo os setores empresarial, industrial, da investigação e inovação. Pretendemos criar alicerces fortes para a implementação do Pacto Ecológico na Europa, assim como acelerar a transformação das nossas sociedades em sociedades neutras em carbono sustentáveis e inclusivas.

Consideramos que a abordagem de planeamento urbano integrado, conforme apoiada pela proposta da Nova Carta de Leipzig, é um conceito que toma em consideração todos os interesses e intervenientes relevantes em simultâneo e de forma equitativa.

Só conseguiremos concretizar este desígnio se as nossas vozes forem ouvidas e os nossos desejos respeitados num sistema de governação multinível que funcione da base para o topo e do topo para a base. Não podemos limitarnos ao papel de meros parceiros de implementação, mas precisamos de integrar o processo de definição dos nossos quadros regulamentares, orçamentais e financeiros a todos os níveis.

O Pacto Ecológico da UE só conseguirá criar uma Europa mais forte, mais alinhada, sustentável e inclusiva se conseguir assegurar a integração horizontal e vertical em todos os níveis da governação. Na verdade, só os cidadãos das cidades e regiões da Europa podem fazer isto acontecer, e nós somos os seus aliados mais próximos neste processo.

As nossas soluções devem ser ativamente apoiadas e reforçadas ao nível europeu e global. Oferecemos boas práticas e processos que sustentam todos os princípios assumidos nesta Mensagem de Mannheim.

Num espírito de colaboração, oferecemos o nosso apoio e parceria com os decisores e instituições da União Europeia na promoção de Pactos Ecológicos a todos os níveis - para uma Europa construída com sociedades locais, cidades e regiões resilientes, inclusivas e sustentáveis.

